



O CONCEITO DE *GÊNERO DISCURSIVO* NA ANÁLISE DE PRÁTICAS
ESCOLARES DE TEXTUALIZAÇÃO NARRATIVA
(THE CONCEPT OF *DISCOURSIIVE GENRE* IN THE ANALYSIS OF THE
SCHOOL PRACTICES AND NARRATIVE TEXTUALIZATION)

Sandoval Nonato Gomes SANTOS (NPI/Universidade Federal do Pará -
PG/Universidade Estadual de Campinas)

ABSTRACT: *Taking into account that discourse genres are produced in different social activities, this study explains how second grade elementary school students move through discourse genres - such as "legends" - that emerge in school event "Retelling stories".*

KEYWORDS: *discursive genres; heterogeneity; written language acquisition and teaching*

0. Introdução

Imprescindíveis na tentativa de tomar a linguagem para além do que estaria circunscrito à superfície lingüística são as reflexões de Bakhtin, especialmente as relativas ao problema dos gêneros discursivos – questão que mais nos interessa aqui. Quando o autor afirmou serem os gêneros discursivos “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” das várias esferas da atividade humana (Bakhtin [1952-3] 1997: 279), não dissociava tal conceituação de todo o aparelho teórico - que há muito vinha constituindo - explicitamente marcado pelo *dialogismo* como princípio fundamental da linguagem. Esse caráter dialógico da linguagem estaria materializado, na reflexão do autor, por um certo modo de encarar o próprio enunciado, tomado como “*unidade da comunicação verbal*” e definido como um “*elo da cadeia muito complexa de outros enunciados*” (*idem*: 291).

Ora, se Bakhtin define o enunciado como um “*elo da cadeia muito complexa de outros enunciados*” e se os gêneros, na reflexão do autor, são “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” das várias esferas da atividade humana, não é difícil pensarmos nos gêneros como *os diversos modos de organização do acontecimento enunciativo no qual se localizam as interações verbais entre os indivíduos. Esses modos de organização plasmam, na cadeia de enunciados concretos (orais e/ou escritos), eventos enunciativos que, por definição, são instáveis*. Os gêneros são, então, da ordem da *sistematicidade flexível* de eventos enunciativos prévios, o que aparece como necessário para a própria existência e constituição do sentido entre sujeitos sócio-historicamente condicionados. Ao mesmo tempo, eles permitem a constituição de novos eventos enunciativos - tendo, portanto, um caráter também prospectivo -, já que oferecem um horizonte enunciativo possível - mais ou menos padronizado - em que novas interações podem acontecer.



Uma tal conceituação pode nos levar a tomar os gêneros discursivos pelo menos sob duas perspectivas complementares: por um lado, a que diz respeito a seu papel organizador do acontecimento enunciativo e, por outro, a que se relaciona a seu funcionamento como dispositivo de comunicação necessário para o estabelecimento da interação verbal. Tendo em vista a dupla perspectiva de abordagem dos gêneros discursivos que mencionamos, importa-nos considerá-los, agora, a partir de um evento particular de produção da escrita – o evento escolar por nós designado “Recontando histórias”. Foi no âmbito desse evento que foram escritos os textos que apresentaremos a seguir, produzidos por alunos de segunda série do ensino fundamental do Núcleo Pedagógico Integrado - Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.

As principais questões a que esta investigação se refere seriam: o que ocorre quando um gênero, já constituído e com uma história própria de circulação, passa a integrar o conjunto de práticas escolares de produção da escrita? Quais as condições de enunciação que permitem seu aparecimento ou seu redimensionamento (quando mudam as condições em que foi inicialmente plasmado)? A análise a seguir pode delinear possíveis respostas a essas questões.

1. “De quando a índia virou cobra”: considerações sobre o gênero lenda

No caso da lenda que está sendo considerada neste nosso estudo, valeria esclarecer que ela foi tomada na versão em que se configurou em um jornal de ampla circulação da cidade de Belém (PA) - *O Liberal*. Como podem ser encontradas variações nessa lenda, é útil sintetizar a versão de que nos utilizamos no evento “Recontando histórias”.

“Uma índia, chamada Pacoca, desperta, por ser muito bela, a atenção de dois índios da taba. Um deles é filho do Pajé, mas é pelo outro que a índia se enamora. O filho do Pajé pede, então, ao pai que faça um feitiço contra a índia. O pajé acaba por transformar a bela índia numa horripilante cobra que, algumas vezes, era vista na forma de um imenso navio navegando os rios amazônicos ou na forma de uma ilha que flutuava e que se movimentava para diferentes pontos desses rios (numa das versões, a cobra teria se fixado no subsolo de uma igreja). O encanto só seria desfeito se um bravo guerreiro cortasse, com uma faca virgem, a ponta do rabo da cobra. Ao fazer isso, o guerreiro deveria correr sem olhar para trás. Caso contrário, enlouqueceria. Ninguém nunca conseguiu realizar a façanha. E, se algum dia alguém conseguisse, a cidade mais próxima de onde o feitiço ocorrera submergiria para sempre nas águas dos rios da Amazônia.”

Admitir que a tradição narrativa - em que emergem gêneros como “lendas” - traz regularidades relativas às condições de seu aparecimento e de seu retorno leva-nos a concordar com Chafe (1985), quando postula a idéia de que existiria um *caráter escritural* da oralidade em que se constituem esses gêneros. Ao analisar a linguagem “Seneca”, o autor distingue duas modalidades de ocorrência dessa linguagem: uma “coloquial” e outra “do ritual”. A “*linguagem do ritual*” estaria mais próxima do que o



autor concebe como escrita, similaridade que se localiza no fato de que ambas têm uma permanência que a linguagem coloquial não apresenta. Essa permanência parece relacionar-se ao caráter “integrado” da escrita e opor-se ao caráter “fragmentário” da oralidade, segundo a conceituação do autor.

A “*linguagem do ritual*” seria, portanto, também “integrada”, uma vez que tende a apresentar marcas que o autor atribui como mais caracterizadoras da escrita, tal como o distanciamento (“*detachment*”) em relação à audiência. Um tal distanciamento, no ritual, do “*performer*” em relação à audiência, assemelha-se à solidude do escrevente. No caso da lenda – e dos modos de circulação desse gênero -, esse distanciamento pode ser interpretado não como isolamento do contador - dado o caráter coletivo de sua produção -, mas como constituição de uma aura em torno de sua “tarefa de contar”.

Assim, o caráter escritural da oralidade define-se como presença constitutiva do letrado no oral. Supomos que essa “*fala escriturizada (aquela que, ritualizada, permanece no tempo)*” (Corrêa, 1997: 70) é constitutiva de gêneros que foram plasmados em tradições narrativas de cunho eminentemente oral, tais como as “lendas”, e pode aparecer no gesto de recontar dos escreventes-alunos quando envolvidos em tarefas de produzir textos na escola.

2. Modos de circulação dialógica nas mascas lingüísticas

A partir do princípio geral e preliminar que enfatizamos ao conceituarmos gênero discursivo - exatamente aquele princípio que diz respeito a seu papel organizador -, procuramos tomar os textos em sua natureza de *réplica* ao gênero posto em circulação durante o evento “Recontando a história” – o gênero lenda. Como o que nos interessa é detectar os indícios da circulação dialógica dos escreventes por esse gênero, importa-nos tomá-lo como “gênero escolarizado”, isto é, segundo seu funcionamento particular no evento de que tratamos. A principal questão que se coloca, então, para a análise a seguir é: como os textos produzidos pelos alunos, emergindo das condições de enunciação engendradas por um determinado gênero e constituindo-se no interior de mudanças possíveis dos próprios gêneros, revelam modos de circulação dialógica de quem “reconta”: i) pela tradição oral constitutiva dos modos de produção histórica do gênero “lenda” e ii) pela institucionalização dessa tradição por meio da escrita (e da escola). Organizaremos, nesse caso, as marcas que indiciam a circulação dialógica do escrevente pelo que supõe ser a tarefa de recontar por escrito, o que parece pôr em jogo um certo modo de conceber a escrita em sua “*suposta gênese*” (Corrêa, op. cit.).

2.1. Marcas que indiciam a circulação dialógica pela tradição oral

Organizamos, nesta seção, as marcas que indiciam a circulação do escrevente pelo que designamos “caráter escritural da oralidade”. Um tal modo de circulação está caracterizado como presença constitutiva do letrado no oral: ao se alçar à tradição narrativa oral em que se constitui o gênero “lenda”, o escrevente retoma aspectos dessa tradição oral que, permanecendo no tempo - daí seu caráter “escritural” -, são reatualizados no texto produzido. São de dois tipos as marcas que indiciam a remissão ao



caráter escritural da oralidade: a) marcas que remetem à temporalidade indefinida da tradição oral e b) marcas que remetem a um modo particular de configuração seqüencial das histórias contadas.

Um exemplo recorrente da remissão à temporalidade indefinida da tradição oral/letrada suposta, pelo escrevente, como uma exigência que deve ser considerada na produção dos textos, é o aparecimento freqüente do clássico “*Era uma vez*” no início dos textos. Essa forma material – uma espécie de “*início codificado*”, como sugeriu François (op. cit.: 202) – aponta para um suposto modo de constituição dos fatos a serem recontados, sendo regulada por um funcionamento já-dado – o funcionamento que se cristalizou nos contos populares – nos “contos de fadas”, por exemplo.

A seguir temos uma ocorrência em que se verifica a alternância entre a temporalidade da tradição oral e o registro do que o escrevente representa como situação concreta de enunciação escrita (ocasião em que acredita ser necessário explicitar ao outro-interlocutor que a história chegou ao fim). Na verdade, o que temos, nesse caso, é a circulação dialógica do escrevente por duas interlocuções: a temporalidade indefinida presente na tradição oral e a tentativa de registro de um dos elementos constitutivos da situação concreta de enunciação - o interlocutor. É por meio dessa tentativa de registro que se produz o efeito de presentificação do enunciador: é como se estivéssemos em uma situação de diálogo face-a-face e houvesse a necessidade de monitorar o fluxo narrativo, delimitando o seu fim.

“Era uma vez (...) e dirrepete ela pego no sono e eles se pedero e emtaon acabo a estora A cobra Grade” (Texto: A índia que virou cobra).

Outro aspecto da remissão à temporalidade característica da tradição oral aparecem na ocorrência a seguir. Tal aspecto diz respeito ao final das narrativas, em que se retoma uma temporalidade também indefinida. Isso fica indiciado no “*e viveram felizes para sempre*”. Essa circunstancialização temporal não-localizável - “*para sempre*” - pode configurar-se do modo a seguir.

“ele fes ela vira cobra e ate oje ela esta debaixo de uma igeja.” (Texto: A índia que virou cobra)

Esse “*e ate oje*” assegura o não-fechamento da história, a incompletude necessária para que ela assuma inclusive a função disciplinadora de “aconselhamento”: não se deve sequer tentar quebrar o encanto da cobra, já que isso implicaria a submersão da cidade; ademais, ninguém conseguiu “até hoje” quebrar esse encanto. O uso dessa marca associa-se, a nosso ver, a um outro similar - o de “*dizem que*” -, que remete a um enunciador universal, freqüente em relatos constituídos na tradição oral. O mais comum parece ser a construção “*dizem que até hoje*”.

Quanto às marcas que remetem a um modo particular de configuração seqüencial das histórias contadas, temos o uso do “*ai*” que, além de indício de envolvimento direto com o interlocutor, tem função de organização do texto. Esse articulador é reiterado, em geral, ao longo de toda a narrativa. Vejamos a seqüência:



“... ela não gostava dele **ai** o menino pediu para seu pai fazer um fentiso para ela gostar dele...”

(...)

“**Ai** tinha um rapais que veio da cidade grande estava com tanto sono que adormeceu e teve um omenzinho verde **ai** ele disse para o rapa **ei, ei, ei ai** o rapais se acordou...” (Texto: O fentiso da cobra 2 o último combate)

O “**ai**”, como se percebe, é usado pelo escrevente como tentativa de garantir a continuidade narrativa e de, por essa via, garantir a manutenção do envolvimento do interlocutor com o fio narrativo. Por outro lado, o uso do “**ai**” tem uma função de progressão temporal na narrativa: o uso desse articulador marca alteração dos momentos dentro da narrativa, introduzindo informação nova.

Finalmente, admitindo-se que a institucionalização da tradição oral por meio da escola estabelece um lugar particular para a escrita, cabe detectar as marcas linguísticas que se relacionam ao que é suposto como “propriamente escrito”, em seu caráter “*genético*”.

2.2. Marcas que indiciam a circulação dialógica pela institucionalização da tradição oral por meio da escrita e da escola

2.2.1. O escrito em seu caráter “genético”

Organizamos, nesta seção, as marcas que indiciam a tentativa do escrevente de plasmar, no registro gráfico, elementos da situação mais concreta de enunciação. Segundo Corrêa (op. cit.: 167), o caráter “*genético*” da escrita relaciona-se a um certo modo de percepção da escrita como “*recurso para registrar graficamente (e de maneira exaustiva) as marcas da materialidade fônico-pragmática do oral/letrado*”. O escrevente explora a escrita, portanto, nos limites de sua (da escrita) suposta capacidade de representação integral do oral/falado.

A propósito desse aspecto da exploração da escrita em sua suposta gênese, temos, na ocorrência a seguir, um exemplo bastante instigante da divisão enunciativa do escrevente: ao enunciar “*eu*”, o escrevente tanto organiza a seqüenciação narrativa em torno de uma focalização em primeira pessoa quanto se representa como enunciador concreto do que está sendo contado. Daí que não basta enunciar “*eu*”: é preciso articular esse *eu* ao nome próprio passível de ser localizado como objeto de referência singular.

“*Para Quebrar o fentiso que o caçador colocou na índia precisa, pegar um facão e cortar o rabo da cobra grande, e depois liberta a índio do fentiso que o cassado colocou, eu mesmo Fábio vol cortar o rabo da cobra grande.*”
(Texto: Quebra o encanto da cobra grande)

Finalmente, no que se refere ao registro gráfico de traços fonético-prosódicos do falado, temos a seguinte ocorrência:



“... o rapais se *acordoue* e depois de *tantomversa sabo* o que aconteceu?”
(Texto: O fentiso da cobra 2 o utimo conbate)

O interessante é notar o movimento hesitativo do escrevente: se num primeiro momento ele registra a aglutinação fonética de “acordou” e “e” e de “sabe” e “o”, compondo dois vocábulos fonológicos, logo em seguida ele reitera o uso do “e” e do “o”, percebendo que a convenção gráfica nem sempre corresponde à realidade fônica. Esse momento de hesitação parece indiciar o próprio planejamento do discurso, durante o qual o escrevente joga com múltiplas escolhas.

Para concluir, diríamos que caracterizar os modos de circulação dialógica dos escreventes por meio da apreensão dos indícios discretamente linearizados em seus textos, além de ter possibilitado compreender a relação sujeito/gêneros no gesto de recontar, aponta para reflexões relevantes do ponto de vista teórico, o que traz inevitáveis implicações pedagógicas.

Do ponto de vista teórico, a percepção do encontro, organizado pelos gêneros, de práticas discursivas mais próximas do oral com aquelas mais próximas do escrito, levaria ao reconhecimento de que o papel organizador dos gêneros é constitutivamente heterogêneo. Justifica-se, então, a necessidade de se pôr em questão a dicotomização entre gêneros da escrita e gêneros da oralidade. A idéia da existência de um *continuum* genérico pode relativizar as posturas pedagógicas que reduzem a função da escola ao ensino do que se concebe como escrita, conceito que traz muito claramente a especificação da norma culta e do registro formal como parâmetros de ensino-aprendizagem.

RESUMO: Buscamos caracterizar alguns modos de circulação dialógica de escreventes-alunos de 2ª série do ensino fundamental pelo gênero lendas na ocasião do evento de produção escolar da escrita “Recontando histórias”. Assinalamos ser a heterogeneidade a marca do processo de constituição desse gênero quando tomado sob a perspectiva da escrita escolar infantil.

PALAVRAS-CHAVE: gênero discursivo; heterogeneidade, aquisição e ensino da escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. M. *Os Gêneros do Discurso* [1952-3]. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CHAFE, W. L. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R. & al. (orgs.). *Literacy, language, and learning: the nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 105-123.
- CORRÊA, M. L. G. *O Modo Heterogêneo de Constituição da Escrita*. Campinas, SP: Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1997.



FRANÇOIS, F. *Práticas do Oral* - Diálogo, jogo e variações das figuras do sentido.
Carapicuíba (SP): Pró-Fono, 1996.